



ENTRE O REAL E O IDEAL: FILOSOFIA E SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO CONTEMPORÂNEO

Aline Cristine Ferreira Braga do Carmo¹
Ivo Luciano da Assunção Rodrigues²

¹Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí / aline_sociologa@hotmail.com

²Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí / ivo.rodrigues@bag.ifmt.edu.br

Resumo

A educação brasileira, ao longo de sua história, passou por diferentes momentos no que se refere aos padrões e concepções educacionais, pedagógicas e ideológicas, sendo que cada uma das vivências históricas nacionais, referentes à educação, estava e está vinculada aos interesses políticos dos grupos detentores do poder. Em meio a estas inúmeras transformações, ocorridas ao longo do século XX, destacamos a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961, em que se encontra a polêmica inserção e exclusão das disciplinas de Sociologia e Filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro. A luta, por parte de professores, para que ambas as disciplinas estejam presentes no cotidiano dos alunos, se deve ao desejo de uma formação humana plena, crítica, promotora da autonomia e da emancipação humana, nas escolas de educação básica imersas pela lógica e ideologia neoliberal. O trabalho se desenvolve pela perspectiva marxiana, tendo como metodologia o levantamento bibliográfico acerca da temática e análise dos documentos oficiais. A realidade que se constitui na educação brasileira, no que tange a formação humana, é precária, no entanto a ruptura poderá ocorrer por meio de um ensino crítico e consciente.

Palavras-chave: Filosofia; Sociologia; Ensino.

1. Introdução

O cenário da educação nacional está em pleno processo de transformação e construção, com a introdução de novas disciplinas, sendo assim novas perspectivas e métodos acabam se tornando essenciais para sua consolidação. Nos últimos anos o ensino de Sociologia e Filosofia vêm sendo paulatinamente incorporado ao currículo da educação básica brasileira, no entanto sua implementação esbarra em uma série de problemas e desafios. Tais problemas perpassam desde a formação de professores até a falta de estrutura educacional para receber e aplicar essa nova forma de ensinar e perceber o mundo, suas raízes remontam a meados do século XX.

Em meio aos inúmeros desafios que se colocam para as referidas disciplinas, podemos mencionar o interesse em manter a educação ausente da criticidade, desde sua consolidação no Brasil com os jesuítas, até o avanço das ideias e ações neoliberais na contemporaneidade.

No modelo neoliberal o Estado passou a tratar os cidadãos como meros consumidores em potencial, ou seja, que estes consomem um serviço, ocorrendo uma clara inversão na estrutura societal, pois os direitos passam a ser tratados como serviços.

O neoliberalismo faz uso dos argumentos mais conservadores e incoerentes para mercantilizar a sociedade e as relações humanas, este sistema tem como principais aliados para a sua manutenção o processo educacional alienante e o aparato da propaganda, sendo estes essenciais para a ampliação e manutenção do neoliberalismo e sua ideologia.

2. Um breve olhar para o ensino de Filosofia e Sociologia

Ao longo do século XX a Filosofia e a Sociologia ganharam certo espaço no cenário educacional. Em 1961 com a lei 4.024/61, as disciplinas passam a ser complementares, o que marca um processo de decadência quanto à valorização das mesmas. A partir de 1971 com a Lei 5.692/71, em pleno regime militar, estabeleceu-se no ensino secundário a meta de proporcionar o desenvolvimento das potencialidades que qualificassem os alunos para o trabalho, logo não havia interesse por parte do Estado em manter tais disciplinas visto que o foco era retirar práticas de criticidade do meio social, a fim de manter uma estrutura opressora de governo.

Desde então, a partir da alteração da LDB pela Lei 7.044/82, que definiu a obrigatoriedade da formação geral dos indivíduos, intensifica-se a luta pelo retorno da Filosofia e da Sociologia. Em 1998, década do apogeu neoliberal no Brasil, com as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio, é aprovada pelo Conselho Nacional de Educação a presença transversal da Filosofia e da Sociologia. O documento garante um ensino disciplinar com a presença transversal do ensino, com a necessidade do domínio deste conhecimento, mas, sem a necessidade destas disciplinas. A educação desde a década de 1990 vem sendo modificada, refletindo as posturas neoliberais dos governos. A partir das contribuições de Boito (2002), podemos afirmar que a política neoliberal, tenta retirar por completo da obrigação e das mãos do Estado todas as suas funções para com a sociedade, passando a se eximir da responsabilidade. Sendo assim, com os cidadãos se sentindo totalmente responsáveis por sua inserção na sociedade e vivência na mesma, não mais cobram que o Estado solucione os problemas verdadeiramente sociais, como educação e saúde. Na ausência desta cobrança para com o Estado, estes serviços vêm ano após ano se deteriorando e cada vez menos atendendo as demandas sociais.

O governo Fernando Henrique Cardoso introduziu definitivamente o Brasil na lógica neoliberal, podendo ser destacado como marco as reformas educacionais propostas em seus dois mandatos presidenciais. Nestes houve uma intensa precarização do ensino como um todo. A educação, novamente é relegada ao segundo plano das preocupações nacionais, passando a ser desvalorizada perante o restante da sociedade brasileira. Esta ação pode ser confirmada pela análise da proposta de reestruturação organizacional da educação, realizada nesse governo, que alterou em demasia a formação humana e consequentemente a educação. Ao longo do período aqui mencionado, foram aprovadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96), Emenda Constitucional nº 14 que, entre outras medidas, instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e sua regulamentação (Lei 9.424/96) e o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01). Tais ações e transformações possibilitaram uma ressignificação profunda do ensino institucional brasileiro, com uma educação fragmentada,

Em meio a esse contexto de degradação paulatina da educação, em 2006 as matérias de Filosofia e Sociologia voltam a ser incorporada ao currículo, através do parecer nº 38/2006 do Conselho Nacional da Educação (CNE). Assim, as disciplinas de Sociologia e Filosofia tornam-se obrigatórias no Ensino Médio, no entanto a lei ainda possuía algumas inconsistências como não determinar especificamente em quais anos do Ensino Médio deveriam ser ofertadas. Em junho de 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.684 que determina o padrão a ser seguido por escolas de todo o país, ou seja, as disciplinas de Sociologia e Filosofia passam a ser obrigatórias nos três anos do Ensino Médio.

Verifica-se, legalmente, uma mudança no cenário. A lei está institucionalizada, mas esbarra em uma série de desafios, o primeiro deles é a carência de professores efetivamente formados nas áreas específicas. Nesse contexto, as aulas de Filosofia e Sociologia muitas vezes acabam sendo ministradas por pessoas sem conhecimentos teóricos suficientes no que concerne à formação docente. Quando tais disciplinas são assumidas por professores de outras áreas, cria-se um novo problema: a falta de domínio dos conteúdos por parte dos professores e o conseqüente desinteresse dos alunos em relação às matérias. Esta falta de domínio do conteúdo por parte dos docentes, leva à inconsistência, incoerência e desinteresse dos alunos para com os estudos filosóficos e sociológicos.

As dificuldades que envolvem o ensino de sociologia são para desestimular qualquer estudante de graduação a se tornar professor da educação básica, pois não temos a tradição ao nosso lado que as disciplinas canônicas, como

biologia, educação física, química, entre outras, carregam; não temos o glamour de determinadas áreas, como o espanhol, informática educativa, não ‘caímos’ no vestibular; não temos material didático de qualidade e ainda contamos com a ignorância de alunos e também de professores sobre a misteriosa disciplina de sociologia: *Para que serve isso?* O que se aprende em sociologia? O que eu ganho estudando essa disciplina?(PAIM, R.; SANTOS, S. 2009, p. 126)

Diante do exposto, ficam evidentes as dificuldades enfrentadas nos mais diferentes aspectos deste ramo de ensino, porém apesar de árdua a tarefa não é inviável. É plenamente possível pensar uma educação plena do ensino de Filosofia e Sociologia. A questão aqui levantada, não é acerca da importância de uma disciplina ou área de conhecimento sobre as outras, o que está em pauta é a associação de diferentes componentes curriculares para compor a construção de um pensamento crítico, questionador e transformador da própria sociedade. Sendo assim é fundamental destacar a importância do domínio e conhecimento para a transformação do ser social, bem como a integralização das áreas, enquanto ensino totalizante e omnilateral¹.

Apesar do desejo, de parte dos docentes, de um ensino escolar que busque uma formação humana repleta de significâncias e de crítica social, as disciplinas curriculares como um todo passaram a ser vistas de forma prática e mecânica, resultado de um processo neoliberal muito presente nas escolas brasileiras. Essa ideologia visa sufocar todas as possibilidades de uma formação, para alunos e professores, de qualidade plena e humanizadora.

A perspectiva neoliberal, que adentra o espaço educacional parte de pressupostos mercadológicos que não deveriam se vincular com a educação, como o produtivismo, a individualização, a precarização e a aceleração de todos os aspectos humanos visando introduzir precocemente os grupos sociais no mercado de trabalho, Desconsiderando assim as necessidades de uma formação adequada ao o ser social, revelando um processo de desumanização entre as paredes da escola.

Nessa perspectiva Freire (1987) aponta que a escola deve ser o espaço em que os homens se humanizam, educando e sendo educados, tendo como elemento mediador o mundo em que vivem, nesse sentido a educação assume caráter libertador e humanizador. Ao resgatar este pensamento é possível observar o distanciamento entre a realidade atual da educação e o

¹ A educação omnilateral é apresentada no pensamento de Marx como a que leva o indivíduo multifacetado à humanização tendo no horizonte a totalidade intelectual, física, corpórea e sensível com a finalidade da emancipação humana.

que se espera da educação. No entanto, esse distanciar-se não deve sufocar os anseios educacionais, mas impulsionar a luta dos trabalhadores da educação.

Na ambição de construir uma nova concepção de educação e atuação do trabalho docente, podemos partir da importância e contribuição que as disciplinas de Sociologia e Filosofia podem apresentar nesse processo. Para que estas disciplinas cumpram essa função, de maneira efetiva, faz-se necessário pensar/repensar de forma rigorosa a questão metodológica das mesmas, bem como suas intervenções no espaço escolar. Segundo Ghedin (2009), o enfoque no método não significa uma fuga do conhecimento, mas uma tentativa de tornar o conteúdo acessível ao estudante. A partir do que se expõe é importante frisar que só é possível adquirir e construir métodos de trabalho nestas áreas se antes houver a compreensão de que o método lhe é inerente. “Elaborar uma metodologia, com efeito, já é fazer Filosofia, já que isto envolve necessariamente uma concepção filosófica (FOLSCHEID e WUNEMBURGER, 1999, p. 8)”.

É, portanto, fundamental dispor de métodos que permitam pensar, raciocinar, refletir sobre as questões apresentadas pela vida, e não simples técnicas pragmáticas aplicáveis a todos os problemas sociais.

Os caminhos para a ruptura da lógica sistêmica ficam agora nas mãos dos professores e gestores educacionais, ainda que contrários às intencionalidades das políticas públicas de cunho neoliberal. Estes trabalhadores da educação devem pensar uma interdisciplinaridade das áreas de humanas, exatas e biológicas, afinal todas estas compõe e constituem a vida social. A área das humanidades está esquecida e banalizada no meio escolar, fato este que deve ser superado quando se vislumbra uma educação omnilateral. Esta trilha de superação passa por mudanças de toda a ordem postulada, pois a escola não se limita ao espaço físico, ela reflete e é refletida em toda a sociedade.

A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade. A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. (MARX E ENGELS, 1977, p.118-9)

As condições e estrutura educacionais necessitam de mudanças urgentes, a fim de possibilitar que os sujeitos históricos envolvidos possam modificar-se e modificar o mundo que estão inseridos.

Para pensar o processo de transformação do real, podemos nos valer das contribuições de Gramsci (1979) acerca da escola unitária, sendo esta uma saída para superar as contradições da sociedade capitalista. Nesta, deve-se pensar uma formação humana na sua totalidade, rompendo com o utilitarismo, próprio do capitalismo, levando o aluno a desenvolver sua autonomia intelectual, prática e social. A escola unitária, dentro desta visão, suscita uma perspectiva dialética, que pense a coletividade, mas que não desconsidere as especificidades do sujeito que ali está.

Para a implantação de um ensino unitário, seria necessária a transformação da estrutura que envolve a escola, ou seja, toda a sociedade carece de ser transformada, para então pensarmos uma educação que seja mais plena no desenvolvimento do sujeito. Pensando por esta perspectiva, a formação e as preocupações com a educação devem ser iniciadas desde a Educação Infantil, somente desta maneira será possível a concretização da formação humana e do desenvolvimento do ser em sua plenitude.

Neste mesmo caminho, Gramsci (1979) remete nosso pensar à necessidade de uma real ampliação do corpo docente², pois assim será possível um estreitar dos laços na relação professor – aluno, haja vista a centralidade que o professor possui no processo de orientação em uma formação humanista. Pensando assim, a esfera humana, intelectual, social e física do aluno, possibilitando neste uma autodisciplina intelectual e autonomia moral, que o auxiliará na vida para além da escola.

A escola deve estar situada no contexto da vida do próprio aluno, estando próxima de sua realidade cotidiana, tornando possível o processo de construção social da consciência humana. Na escola unitária, trabalho e teoria estão intimamente ligados no processo de constituição do ser social. O que demonstra a importância do ensino de Filosofia e Sociologia por profissionais capazes de realizar o trabalho docente dentro da perspectiva marxiana, ou seja, na ideia de transformação da natureza³ de maneira consciente, criadora e realizadora.

² No entanto a ampliação do corpo docente, tal qual exposto, não deve se efetivar pela concepção neoliberal, na qual temos um encurtar da formação docente, uma aceleração da formação e uma formação precária em serviço.

³ Em Marx, o conceito de trabalho está inapelavelmente atrelado à ideia de transformação da natureza, sendo assim, ao pensar acerca do trabalho docente, falamos de uma transformação da natureza humana, o que acabará por transformar a própria sociedade, na qual o trabalho se desenvolve.

3. Considerações Finais

A escola atual necessita, de forma urgente, pensar uma educação humanista pelos princípios gramscianos, que supere o imediatismo das práticas e das relações humanas fruto do capitalismo e imersas nele. Seguindo nesta direção, não seria viável não considerar as categorias de hegemonia e contra-hegemonia, presentes nesta sociedade. Ao falar de hegemonia, compreendemos que esta perpassa o pensamento ideológico dominante, a contra-hegemonia compreende o pensamento e a ação que contrapõe e questiona as contradições presentes na sociedade. Diante disto, é evidente que em uma estrutura social, que se funda nas mazelas e perversidades humanas, o pensamento contra-hegemônico é fundamental, pois nos leva a uma reflexão que abandona a superficialidade das relações e alcança a essência e a centralidade do debate educacional.

As atuais e históricas práticas educacionais brasileiras têm arraigada uma infinidade de problemas, dentre eles, o sucateamento da escola e a não transformação do sujeito por meio da educação. A escola deve ser essencialmente transformadora, formar sujeitos pensantes e críticos da realidade em que vivem, resultando em sujeitos ativos, capazes de captarem as subjetividades do mundo. Uma reestruturação da educação brasileira é necessária para romper com a lógica de estagnação humana propiciada pelo Capital, a fim de transformar a vida social. No entanto, esta não deve se restringir à educação, mas deve ser expandida para todos os segmentos que compõe a sociedade, pois uma educação com vistas à emancipação é apenas o primeiro passo para a transformação social.

É evidente que de uma forma geral a história da educação brasileira sempre esteve atrelada às questões econômicas, desde seus investimentos até o objetivo da mesma. Desde seus primórdios temos uma educação voltada para um mercado de trabalho, na sua esmagadora maioria perverso, que requer uma formação rápida e barata, o que necessariamente impede a qualidade da mesma. Apesar de o país ter um histórico de precarização e falta de comprometimento real com a educação por parte dos governantes, é claramente possível realizar a ruptura dessas raízes e modificar a mentalidade de todos os envolvidos com a educação, por meio do esclarecimento destes indivíduos, tornando-os efetivamente comprometidos e responsáveis por ela, juntamente com o Estado.

Diante do exposto, fica evidente que a escola brasileira necessita de uma profunda reestruturação de todos os agentes sociais envolvidos e de toda sua estrutura física, somente por meio destas será possível vislumbrar um ensino que ultrapasse os limites impostos pelas

políticas neoliberais. O ensino não pode se limitar a livros, apostilas, teorias desatualizadas e professores alheios ao mundo em que vivem. As efetivações do ensino de Sociologia e Filosofia, tal qual aqui pensado, possibilitam um contato íntimo da educação com tudo o que é humano e humanizador.

4. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. 25.º ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, como matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

_____. Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

_____. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 27 dez. 1961.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BOITO, Armando. Neoliberalismo e corporativismo no Brasil. In Ângela Araújo (org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo**. SP: Boitempo, 2002.

FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia filosófica**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GHEDIN, Evandro. Ensino de Filosofia no Ensino Médio. São Paulo: Cortez, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

MARX, K.; Engels, F. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo, Alfa Omega, 1977.

PAIM, R.; Santos, S. Nunca estudei e não gostei: o desafio de quebrar os preconceitos sobre o ensino de sociologia. In: HANDFAS, A. (org.) **A sociologia vai à escola: história do ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.